DOI 10.5216/ia.v51i1.84141

NEOCONSERVADORISMO E O DESMONTE DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UM RETROCESSO AOS DIREITOS HUMANOS

THIAGO LUIZ SARTORI
Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil

RESUMO: O Brasil vivencia uma onda neoconservadora que acompanha movimentos semelhantes em escala global. Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar o neoconservadorismo e seus impactos sobre as políticas de Educação Especial e Inclusiva, considerando-o um movimento que representa um retrocesso aos Direitos Humanos. A pesquisa foi desenvolvida por meio de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa e método de pesquisa bibliográfica, recorrendo à análise de conteúdo como técnica. Os resultados indicam que o neoconservadorismo ressignifica os discursos de inclusão dentro de uma lógica excludente, impulsionada por valores meritocráticos e por uma visão social que se aproxima de um darwinismo social de caráter eugenista. Logo, as pautas neoconservadoras colidem com os princípios das políticas inclusivas, enfraquecendo, consequentemente, os Direitos Humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Direitos Humanos; Neoconservadorismo; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O conservadorismo surgiu como uma resposta necessária às teorias iluministas, tais como o Radicalismo Revolucionário e o Igualitarismo Radical, por exemplo. Estas correntes teórico-filosóficas, a partir do século XVIII, se distanciaram da visão antropológica tradicional, para reivindicar para o homem a possibilidade, não só de melhorar o próprio conhecimento e seu domínio sobre a natureza, como também de alcançar, por meio de ambos, uma autocompreensão cada vez maior e, consequentemente, a felicidade. O resultado a que tendiam estas teorias era o de fazer da história humana um processo aberto e ascendente, baseado numa antropologia revolucionária, onde o indivíduo fosse núcleo ativo, capaz de se tornar melhor cada vez mais racional (Bonazzi, 2000).

Quando as teorias conservadoras são empregadas para evitar qualquer transformação na ordem social ou melhorias reais para as classes trabalhadoras, ou para qualquer grupo minoritário, temos uma retórica conservadora, de forma que o conservadorismo político é contrarrevolucionário e antidemocrático (Bonazzi, 2000).

A ameaça aos ideais da igualdade, que esses ataques representam, habitualmente não se efetua de um modo explícito, uma vez que, frequentemente, surge dissimulada num discurso de melhoria da competitividade, de aumento de postos de trabalho, de melhoria de "standards" e da melhoria da qualidade do sistema educativo, que é colocado perante uma crise total.

Há um traço específico a ser explorado por forças pautadas pela democracia substantiva e plena expansão dos indivíduos sociais: com a radicalização da extrema-direita expressa em ações concretas e discursos defendidos em diferentes meios, seus objetivos estratégicos aparecem à luz do dia. Eles expõem o conteúdo e a forma de seus interesses, na tentativa de dar destaque às posições políticas das classes dominantes. As ações suprimem os Direitos Humanos (Barroco, 2011).

Nos últimos anos, vive-se no Brasil uma onda conservadora que acompanha movimentos conservadores ao redor do mundo, de forma que é essencial analisar de forma mais aprofundada o movimento neoconservador no cenário educacional brasileiro. Essa ascensão do discurso conservador na sociedade brasileira, vem penetrando com força nas instituições escolares (Comparato, 2003).

A crescente presença do discurso conservador em nossa atual sociedade e a sua relação com as práticas discriminatórias tem ido em confronto com as políticas educacionais de inclusão, que visam proporcionar um acesso equitativo à educação (Comparato, 2003).

A educação inclusiva é caracterizada pelo processo de recolocar na rede de ensino, em todos os seus graus, as pessoas excluídas, sejam esses portadores de necessidades especiais, excluídas por gênero, cor, situação social entre outros. Essa discussão está presente há muito nas políticas educacionais brasileiras (Barroco, 2011).

Para a realização de um ensino que atue em conjunto com a inclusão, é necessário compreender a heterogeneidade do aluno como uma questão normal do grupo ou da classe e realizar um delineamento educativo que atue permitindo que os docentes utilizem diferentes níveis instrumentais e atitudinais como recursos intrapessoais e interpessoais que beneficiem todos os educandos. O propósito é apoiar as qualidades e necessidades de cada aluno (Comparato, 2003).

No Brasil, a Educação Especial vem sendo discutida a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. No entanto, somente partir da Constituição de 1988 e sob a influência da Declaração de Jomtien e da Declaração de Salamanca, que, em nosso país, começou a ser discutida a universalização da Educação, e a ser implementada nas escolas regulares uma política de Educação Inclusiva, culminando com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

A inclusão é um movimento que questiona as políticas públicas, as estruturas organizações das escolas, dos funcionários e educadores, dessa forma o Ministério da Educação constantemente atua na instituição de políticas educacionais que apresentam como objetivo implementar uma educação inclusiva de qualidade, baseada na legislação, em programas de ações afirmativas e documentos que norteadores que reduzam a desigualdade vivenciada (Melillo; Estamatti; Cuestas, 2005). Mesmo assim, ainda apresenta diversas limitações.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao analisar as taxas de escolarização no Brasil, constatou que foram maiores nas pessoas sem deficiência (96,9%) do que nas pessoas com deficiência (95,1%), e que mesmo com as cotas nas empresas, a participação de pessoas com deficiência ainda se encontrava baixa no ano

de 2010 (23,61%). Diante desse cenário, é importante conhecer as demandas dessa população para equiparar as condições de participação social das pessoas com deficiência (Brasil, 2012).

NEOCONSERVADORISMO

Acontecimentos recentes indicam que estamos diante de um inequívoco recrudescimento do conservadorismo, tanto em termos nacionais quanto internacionais. A aprovação do Brexit na Inglaterra, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, bem como as eleições na França, na Alemanha, na Áustria e, ainda mais recentemente, na Tchecoslováquia, confirmam essa tendência. O mesmo ocorre no Brasil (o poder legislativo) e em diversos países da América Latina, seja no âmbito da formulação de políticas, seja na esfera das relações sociais e culturais. Entre nós, o projeto da reforma previdenciária, da Escola sem Partido ou a tentativa de silenciamento da filósofa americana Judith Butler são momentos expressivos dessa recente onda conservadora

Na ciência política, a expressão *conservador* pode ser entendida como substantivo, o que implica a existência de um conceito, e como adjetivo, qualificando simplesmente atitudes práticas ou ideias. Importa entender o conservadorismo do ponto de vista conceitual, sem, no entanto, desprezar sua dimensão adjetiva (Silva, 2020).

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000, p. 243), o termo conservadorismo designa "ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraponto das forças inovadoras".

O neoconservadorismo é uma filosofia política que surgiu nos Estados Unidos a partir da rejeição do liberalismo social, do relativismo moral e da contracultura da Nova Esquerda da década de 1960. Influenciou as administrações presidenciais de Ronald Reagan e George W. Bush, representando um realinhamento na política americana e a deserção de alguns liberais para o lado direito do espectro político; daí o termo, referindo-se a esses "novos" conservadores. O neoconservadorismo enfatiza a política externa como responsabilidade primordial do governo, sustentando que o papel da América como a única superpotência do mundo é indispensável para estabelecer e manter a ordem global (Silva, 2020).

A interpretação do conservadorismo realiza-se por meio da apreensão analítica do seu conteúdo eminentemente histórico, levando em conta o seu desenvolvimento alternativo em relação ao progressismo. Ambos os conceitos - conservadorismo e progressismo "são inseparáveis dos processos históricos de secularização e laicização do pensamento político e social europeu" (Silva, 2020, p. 53).Por intermédio disso, produz a distinção entre a visão tradicional da origem divina do ser e a emergência do indivíduo autônomo capaz de, por intermédio da racionalidade, definir seu próprio destino (Bonazzi, 2000).

Sobre o neoconservadorismo, Moll Neto (2015a; 2015b) diz que é possível verificar a força desse movimento quando grupos de direita atacam, por exemplo, jornais e emissoras de televisão. Estes, por sua vez, apresentam "algumas posições

progressistas, mas limitadas, sobre questões de gênero, descriminalização de drogas, aborto, ecumenismo religioso, racismo e defesa do meio ambiente" (2015b, p. 21). Outro exemplo trazido pelo autor, que demonstra a existência de um movimento neoconservador no Brasil, diz respeito aos representantes políticos no Congresso Nacional. Embora poucos políticos se apresentem como neoconservadores no Congresso brasileiro, é notório que as posições de muitos políticos se aproximam de ideias neoconservadoras. Mostra como eles defendem uma política de austeridade e adotam, nas palavras de Moll Neto (2015b, p. 32), "um discurso moralista baseado até em pressupostos estritamente cristãos (para não dizer fundamentalistas)".

Apple (1997) aponta ainda que uma das demandas dos neoconservadores tem sido um Estado cada vez mais forte para regular a ação dos professores, passando da "autonomia permitida" para a "autonomia regulada", pois os professores "eram altamente padronizados, racionalizados e 'policiados'" (p. 62).

Ser conservador no "Novo Mundo", sobretudo num país como o Brasil, que não passou por uma revolução burguesa propriamente dita, nem realizou transições entre regimes políticos que rompessem com o passado colonialista, patrimonialista, autoritário e escravocrata, assume um sentido completamente diferente. Em resumo, a filiação em termos teóricos pode até ser racional e coerente, mas em sentido prático pode ser demasiadamente injusta.

A renovação do pensamento conservador durante o século XX, na Europa Ocidental, assumiu a forma de uma terceira via entre o liberalismo e o socialismo, buscando uma espécie de síntese possível entre as duas posições.

Miguel (2016) traz importantes contribuições sobre o crescimento das ideias conservadoras no Brasil. Segundo ele, é possível perceber, a partir de 2010, um avanço, no debate público, de vozes abertamente conservadoras. O autor argumenta que, atualmente, há uma presença significativa de discursos em que a desigualdade é exaltada como corolário da "meritocracia" e em que as tentativas de desfazer hierarquias tradicionais são enquadradas como um crime contra a natureza. Nesses discursos, a velha ideia de Direitos Humanos também ganha uma nova legitimidade como fórmula que concede proteção indevida a pessoas com comportamento antissocial (Miguel, 2016).

A ascensão do neoconservadorismo ao poder no Brasil (e em outras nações latinoamericanas) representa, um fenômeno pleno de significados, que vão muito além do mero deslocamento cíclico de um clima de opinião, cuja apreensão exige situá-lo em um contexto histórico mais amplo que se inicia com a crise estrutural do capitalismo na década de 1970 e a implantação, correlata, de um projeto global de mudanças econômicas, políticas e culturais, comumente denominado neoliberalismo.

POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS

A educação constitui-se pela luta do ser humano. Por isso, é um fenômeno complexo e histórico (Apple, 1997). Como prática histórica, é desafiador responder a necessidades em diferentes contextos políticos e sociais, e não tão recentemente a

inclusão de alunos com deficiência na escola regular tem exigido respostas satisfatórias de alunos, professores e sociedade, principalmente a partir de eventos que marcaram a história da educação em buscar a reetiquetagem de sistemas educacionais e escolas, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia (1990), e em particular a Declaração de Salamanca (1994).

No Brasil, foi publicada a Declaração de Salamanca (1994), baseada na visão de que as crianças com deficiência têm acesso à escola regular e não a locais considerados segregados, o que suscita questionamentos e discussões entre esse público sobre a definição de cuidado. Nesse sentido, na década de 1990, desenrolou-se um debate público em torno da definição da carreira escolar dos alunos do Professor de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). Os serviços especializados são formulados para dar visibilidade à sua história e resguardar a legitimidade do atendimento a esse público; movimentos de pessoas com deficiência e famílias mostram sua posição favorável ou não receptiva a esse reordenamento; os governos estão iniciando ações para abrir esses serviços; e muitos profissionais das escolas regulares expressam seu despreparo, ignorância e medos sobre como será a educação dessas pessoas nessas escolas. Assim, a segunda metade dos anos 1990 e o início dos anos 2000 são marcados no contexto brasileiro por inquietações, tensões e disputas sobre o cuidado desses sujeitos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi elaborada visando a inclusão, onde determina então que os alunos com deficiência e altas habilidades/superdotação, devem estar incluídos na rede regular de ensino, recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contraturno. Assim, inspirada no princípio constitucional do direito de todos à educação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) afirma ser coerente com a proteção do acesso e permanência de todos os alunos nas escolas, o que está em consonância com a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o Protocolo Facultativo (2006).

Em seu texto, a educação inclusiva é apresentada como um paradigma educacional sustentado no conceito de Direitos Humanos e associado à construção de sistemas educacionais inclusivos, onde são necessárias mudanças significativas na cultura e na estrutura escolar, estabelecidas de forma laica, para que todos os alunos a convergir em suas características. O texto indica ainda que esse processo requer: uma prática pautada na igualdade e na diferença como valores indissociáveis capazes de ajudar a superar a lógica da exclusão; enfrentar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las; para atender às necessidades específicas de todos os alunos. Desta forma, pretendemos eliminar a lógica da exclusão para garantir uma educação de qualidade para todos num espaço comum e diverso.

A política centra-se no acesso, participação e aprendizagem dos alunos identificados como público-alvo da educação especial nas escolas regulares, o que deve garantir: Transversalidade da educação especial da educação pré-escolar ao ensino superior; atendimento educacional especializado; continuidade da educação nos níveis mais altos de ensino; formação de professores de serviços educativos especializados e outros profissionais de educação para integração na escola; envolvimento da família e da comunidade; acessibilidade urbana, arquitetônica, mobiliária e técnica, transportes,

comunicações e informação; e colaboração intersetorial na implementação de políticas públicas (Brasil, 2008).

Dessa forma, a educação especial passa a fazer parte da oferta pedagógica da escola regular, a partir da identificação, desenvolvimento e organização de recursos pedagógicos acessíveis e que removam barreiras à participação significativa dos alunos. Assim, torna-se necessária a presença de alguns atores na escola: o intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas ações do AEE, além do guia-intérprete; um monitor ou cuidador (para higiene, nutrição e mobilidade) no acompanhamento de alunos do PAEE que necessitem desse recurso; professores com conhecimentos gerais da educação básica e/ou continuada, com conhecimentos específicos de deficiências e outros aspectos relacionados às características dos alunos identificados como público-alvo, além de conhecimentos em gestão de sistemas de educação inclusivos. Assim, a Política prevê a criação de sistemas educacionais que absorvam a demanda por especialidades, definindo tempo, espaço, recursos e profissionais para atingir a todos e a todos com base no ordenamento jurídico (Comparato, 2003).

Presume-se, portanto, que todas as pessoas possuem os mesmos direitos aos valores sociais fundamentais — como a liberdade, as oportunidades e as condições que asseguram o autorrespeito. Da mesma forma, entende-se que nenhum indivíduo ou grupo deve ser submetido a desigualdades ou a situações de desvantagem excessiva.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O trabalho foi desenvolvido com preceitos do estudo exploratório, através de uma pesquisa bibliográfica, onde a pesquisa é constituída a partir de material já existente, através de livros, monografias e artigos científicos. Para tanto, analisou-se como a análise de conteúdo, proposta por Bardin (2006) foi empregada nestas publicações, uma vez que, a técnica compreende 3 fases, a saber: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

De acordo com Gil (2006), a maioria das pesquisas acadêmicas realizadas no seu primeiro momento assume a classificação exploratória, pois é difícil em um primeiro momento que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá apurar, essa classificação permite aumentar o conhecimento do pesquisador, ao investigar fatos seguindo questões do tipo "o que foi feito", "como" e "por que".

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar um conhecimento sobre determinado problema ou fenômeno. Muitas vezes, trata-se de uma pesquisa preparatória acerca de um tema pouco explorado ou, então, sobre um assunto já conhecido, visto sob nova perspectiva, e que servirá como base para pesquisas posteriores, de cunho mais quantitativo.

Para Bardin (2006), a análise de conteúdo, configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A obtenção de dados ocorreu através de bancos de dados online como: Google Acadêmico, Scielo, periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior (CAPES) e por intermédio de livros, os termos utilizados na busca foram: neoconservadorismo, educação inclusiva, Direitos Humanos, ataque as políticas inclusivas. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos disponibilizados completos nos bancos de dados online, entre os anos de 2000 a 2024.

De acordo com Rudio (1985), na pesquisa qualitativa não se tem relevância com a parte numérica, onde o objetivo está no aprofundamento da compreensão de um grupo, de uma empresa, onde a pesquisa leva em consideração aspectos reais que não podem ser quantificados.

Do ponto de vista qualitativo, um fenômeno pode ser mais bem compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando "captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. As obras constituem uma fonte não-reativa, as informações nelas contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser consideradas uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a obtenção e análise de dados foram incluídos neste estudo 17 artigos científicos analisados segundo Bardin (2006), descritos na tabela 1.

Tabela 1- Descrição dos artigos inclusos

TÍTULO	ANO	OBJETIVO
O neoliberalismo como ofensiva neoconservadora à educação brasileira.	2020	Apresentar um debate sobre o neoliberalismo em seus aspectos conceituais e históricos, tendo em vista os desafios colocados por esse processo em sua nova etapa no Brasil e algumas de suas particularidades.
Aspectos da transição democrática incompleta ao avanço do neoconservadorismo: notas sobre a promoção da educação pública	2019	Apresentar o aprofundamento da crise da democracia liberal representativa, associada às estratégias de superação da crise do capitalismo, com destaque para o neoliberalismo e a terceira via, que acabaram culminando com o avanço das pautas neoconservadoras.

Continua...

Educação básica em "xeque": homeschooling e fundamentalismo religiosoem tempos de neoconservadorismo	2020	Compreender de que forma perspectivas religiosas fundamentalistas ameaçam o conceito de educação básica e, por conseguinte, colocam em xeque o ideal de escola pública, gratuita, obrigatória e laica, por meio da defesa e da regulamentação do homeschooling no Brasil.
Educação especial na perspectiva inclusiva: determinantes econômicos e políticos	2016	Discutir os determinantes políticos e econômicos da educação especial no Brasil contemporâneo.
Base nacional comum curricular e o canto da sereia da educação normalizante: a articulação neoliberal-neoconservadora e o dever ético-estético da resistência.	2020	Compreender qual o significado educacional da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e reflete sobre qual pode ser o dever ético dos professores nesse cenário.
The expansion of neoconservatism in Brazilian education	2019	Estudar de forma mais aprofundada o movimento neoconservador no cenário educacional brasileiro.
Educação intercultural no Brasil: entre o conservadorismo e transformações radicais	2015	Analisar o surgimento da educação intercultural no sistema educacional brasileiro.
Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva	2009	Analisar o que dificulta a inclusão na educação brasileira
Educação e inclusão no contexto do "neoliberalismo conservador "no Brasil	2021	Problematizar, a partir da perspectiva da governamentalidade de Michel Foucault, as relações entre o neoliberalismo, inclusão e exclusão, considerando duas configurações do neoliberalismo, o democrático e o conservador no BRASIL.
Os caminhos para a educação inclusiva: a relação entre documentos norteadores e processo de inclusão	2020	Identificar as ações educativas busca da educação inclusiva, por meio da análise dos documentos norte-americanos de uma escola da rede municipal de ensino de um município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, bem como através das por Recepções da coordenadora pedagógica da escola referida

Continua...

Paulo Freire e o neoconservadorismo	2020	Desvendar A Transformação Da Metáfora "Educação Bancária" Usada Por Paulo Freire Para Exprimir As Práticas Educacionais Monológicas E Autoritárias, Opostas Às Dialógicas Libertadoras Por Ele Defendidas Em Verdadeira Política Educacional Formulada, Implantada E Implementada Pela Concepção Educacional Contemporaneamente Denominada "Gerencial".
Educação inclusiva: fracasso escolar da educação na modernidade	2006	Discutir a declaração de salamanca de 1994, a qual propõe a educação inclusiva através da escola inclusiva, levantando a hipótese desse discurso como sintoma da modernidade atual.
O que é conservadorismo em educação?	2013	Evidenciar que o pensamento conservador interferiu no campo educacional durante as reformas educacionais realizadas nos anos 1990, mediante rearranjos curriculares, face às necessidades do sistema capitalista, então globalizado ou mundializado.
Neoconservadorismo e políticas educacionais no Brasil	2019	Trazer alguns subsídios para a compreensão de um tema premente no contexto das políticas educacionais no Brasil.
Neoconservadorismo e educação brasileira	2020	Estabelecer uma reflexão sobre pensamento neoconservador e suas influências e/ou consequências para a educação brasileira, tomando como ponto de referência para tal incursão, a contextualização histórica do pensamento conversador moderno ao redor do mundo e sua inserção no Território Nacional.

Continua...

O conflito do neoconservadorismo brasileiro com Paulo Freire: a disputa entre a opressão e a autonomia	2020	Explorar e sintetizar o pensamento pedagógico de freire e o pensamento dos pensadores clássicos do conservadorismo, por conseguinte, fazer uma análise do conteúdo de um artigo de opinião e uma entrevista de carvalho que trataram sobre freire e uma análise sobre os conflitos característicos entre a síntese da pedagogia de freire e do pensamento neoconservador.
Neoconservadorismo no campo da educação (2002-2019): análise bibliométrica	2020	Identificar e caracterizar a produção científica, em especial brasileira, consolidada em artigos científicos, teses e dissertações acadêmicas sobre o neoconservadorismo no campo da educação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), crianças, jovens e adultos têm direito, ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer (Brasil, 2018).

Educar, finalmente, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas. Educar no sentido mais amplo, significa "formar", não na acepção de que o educando seja uma cópia do educador, mas sim na de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente (Brasil, 2018).

A educação brasileira possui como respaldo legal a preocupação de que o processo faz parte do processo de ensino e aprendizado, voltado quase sempre para uma educação básica, mas que também merece atenção para a formação do professor em nível superior (Silva, 2020).

No Brasil, a educação, como sempre, serve como espaço de resistência e acaba por sofrer com as tentativas de desmonte dos apoiadores conservadores que clamam pela volta de valores, legado de um passado histórico repressor e ditatorial. De acordo com Silva (2020), um dos legados que temos até os dias de hoje, vindos do período da ditadura civil-militar-empresarial é a questão dos valores morais advindos de uma junção da força do cristianismo com a corrente do positivismo. Precisamos lembrar que a história não se dá de forma pontual e sim é um processo que acontece de forma contínua. Assim, as disputas conservadoras vão acontecendo ao longo das décadas,

durante o regime autoritário e para além desse período, enfrentando uma correlação de forças e tendo diferentes resultados que vão refletir no processo histórico.

Desde 2016, emergiu uma enunciação visando a combater as experiências e as teorias educativas voltadas para as diferenças e as políticas afirmativas de inclusão. O neoconservadorismo não prescinde de todos os processos inclusivos, advoga por uma sociedade cuja exclusão não constrange, ou ainda, institui uma dinâmica social permeada por uma espécie de darwinismo social de caráter eugenista (Akkari, 2016).

O conservadorismo é uma preferência pelo historicamente herdado em vez do abstrato e ideal. Essa preferência tradicionalmente se baseia em uma concepção orgânica da sociedade – isto é, na crença de que a sociedade não é apenas uma coleção solta de indivíduos, mas um organismo vivo composto por membros interdependentes e intimamente conectados. Os conservadores, portanto, favorecem instituições e práticas que evoluíram gradualmente e são manifestações de continuidade e estabilidade (Barroco, 2011).

Os neoconservadores preconizam um estado forte, sendo isto bem notório nas questões que envolvem aspectos como o conhecimento, os valores e o corpo. A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) inaugurou um sistema democrático no Brasil, garantindo os direitos individuais e sociais. Mudanças e conquistas foram alcançadas nos anos subsequentes, geralmente devido às lutas dos movimentos compostos pelos novos sujeitos de direitos. No final de agosto de 2016, iniciou-se uma nova ruptura da institucionalidade democrática no Brasil com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Além de ressignificar os significados da desigualdade social, as novas políticas identitárias também desafiaram os mecanismos e agentes do direito e da governança em geral, empurrando-os para lidar com outros tipos de reivindicações, cujos denominadores comuns não eram apenas o velho antagonismo entre classes sociais.

A ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo, que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos. Instituições voltadas para a coerção, como prisões, delegacias, casas para jovens infratores, abrigos, instituições jurídicas, demandam ao assistente social atividades de controle e censura, avaliações de situações que envolvem os sujeitos criminalizados moralmente e julgados como irrecuperáveis pelo poder dominante.

O discurso político nesse novo contexto tem sido autoritário e restritivo, visando todos os avanços anteriores, principalmente no que diz respeito aos direitos. Para Capelline e Rodrigues (2009), a educação inclusiva é uma proposta da aplicação, no campo da educação, de um movimento mundial mais amplo, denominado "Inclusão Social", que busca a construção de um processo bidirecional no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos. É uma proposta de resistência contra a exclusão social que, historicamente, vem afetando grupos minoritários.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei 9.394/96) instituiu um sistema educacional mais descentralizado, distribuindo a responsabilidade

na área da educação entre União, estados e municípios. Essa lei estipulou, igualmente, a necessidade de fornecer aos alunos, em âmbito nacional, uma educação básica comum, mas também a necessidade de adaptar a escola a realidades locais e regionais. Akkari (2016) expõe que os neoconservadores vão de encontro a essa visão, na busca pela separação do espaço público e privado, transferindo a educação para o espaço privado da família, que caberia toda a formação moral e ética dos filhos; (2) contra o viés ideológico de esquerda que apoiaria o documento submetido à consulta pública; (3) contra a diversidade cultural nos currículos; e (4) contra a ideologia de gênero nos currículos.

Para Silva (2020), as ideias neoconservadoras também podem ser vistas em outros cenários. É o caso do combate à ideologia de gênero no que diz respeito à BNCC. A análise dos sujeitos incluídos e excluídos do referido documento confirma o entendimento de que há um crescimento das ideias neoconservadoras em relação à educação brasileira.

Na educação, isso pode ser constatado nas propostas que defendem currículos obrigatórios no nível nacional e estadual, provas no nível nacional e estadual, um 'retorno' a um padrão de qualidade melhor, uma revivificação da 'tradição ocidental', patriotismo e variantes conservadoras da educação do caráter. A essa onda neoconservadora se soma os populistas autoritários da nova direita, ou seja, a "direita cristã", com seu apelo a determinadas visões de autoridade bíblica. Para eles a educação pública é uma ameaça, pois representa uma "decadência moral". Reivindicam a centralidade das "questões de autoridade, moralidade, família, igreja e 'decência'.

A educação é o processo, e o resultado dele, que cobre o período compreendido entre o nascimento e a morte, por meio do qual o indivíduo se desenvolve e se aperfeiçoa em sua condição humana. Dessa forma a educação pode resultar da ação de outrem, de fora para dentro, como pode ocorrer pela ação do próprio ser que a adquire, de dentro para fora, propiciando aquisição de hábitos, tendências e valores, que dão sustentação ao estilo existencial de cada indivíduo humano. Todavia, não há uma educação única. Dessa forma, a ênfase que os neoconservadores impõem sobre o regresso dos valores tradicionais e a moralidade, cria um impacto na sociedade e na educação.

Para Pires, Montano e Lima (2009), o que podemos perceber, ao analisar os desdobramentos no campo educacional é que as políticas implementadas acentuam o ódio à democracia, a privatização e o esvaziamento da educação pública, a destruição da profissão e da carreira docente e a definição de políticas de currículo, de avaliação, de financiamento, de formação dos professores alinhadas com os pressupostos políticos e ideológicos do neoliberalismo e do neoconservadorismo, indo de encontro aos princípios de inclusão.

Silva (2020) complementa que os pesquisadores estão buscando compreender o porquê em pleno século XXI ainda há discursos políticos que pedem o resgate aos valores tradicionais, da família, da moral e da nação. Em tempos de globalização e avanço tecnológico, certos grupos da sociedade civil tem apregoado um discurso contra a pauta da diversidade humana, sexual e étnico-racial e, ao mesmo tempo, proposto a

militarização, a redução da maioridade penal, o nacionalismo exacerbado, a educação neutra política e ideologicamente como remédios à "desordem social".

Fatores como disputas ideológicas de educação, bem como a ampliação de influência de grupos religiosos, têm levado grupos neoconservadores da sociedade civil a posturas extremistas e a proposituras de legislações que dizem defender a liberdade da família e da religião, bem como a instauração de uma nova ordem e progresso no país. Uma nova sociedade que se alicerçaria na tríade Deus, Família e Nação.

Devido à relevância das políticas públicas para o efetivo acesso à escola no contexto brasileiro é que se entende a necessidade da pesquisa realizada a fim de contribuir com outros estudos sobre a temática e na formulação e implementação de políticas públicas que tragam regulamentações, ações e que assegurem investimentos para a educação, tendo em vista a construção de um sistema educacional inclusivo que garanta o acesso, a permanência e aprendizagem de todos os alunos.

Percebe-se que ainda há muito para ser conquistado em termos de respeito à dignidade da pessoa humana e há muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras, no entanto os pensamentos neoconservadores dificultam a evolução da educação inclusiva respeitando os Direitos Humanos.

A escola pode cercear a liberdade ao adotar práticas que não respeitam as diferenças, utilizar instrumentos como a censura e a criminalização da figura do professor, pode ensinar ao sujeito que suas crenças pessoais são superiores às demais. Reforçar seus preconceitos e convencê-lo da existência de um inimigo que constantemente atenta contra seu modo de vida. Não deve, mas pode e em muitos casos, é o que faz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os anos 2000, a radicalização da extrema-direita no Brasil, intensificando a materialização do conservadorismo, é um elo no cenário internacional de reorganização e recomposição das forças e interesses das classes dominantes. As classes dominantes montaram inúmeras frentes de ação e definiram novas estratégias reproduzidas pela "nova direita" no Brasil. Alguns deles são o alinhamento internacional, atuação intensiva em redes sociais e novas tecnologias, sofisticação do léxico conservador, embasamento teórico, foco na formação de quadros juvenis, inserção em espaços universitários, disputas de eleições locais e parlamentares, inserção nas comunidades e articulação com os setores empresarial-evangélico e do agronegócio.

É uma resposta político-ideológica estratégica construir consenso e viabilizar uma agenda que suprima os direitos sociais no Brasil. Ao mesmo tempo, as ações contribuem para formar novas lideranças políticas conservadoras, preparando, antecipadamente, os quadros militantes das próximas décadas.

Trata-se, portanto, de um conjunto de estratégias desenhadas para o curto, médio e longo prazo, demonstrando a racionalidade e capacidade organizacional das classes dominantes, capazes de se enraizar e se espalhar por toda a sociedade brasileira. A extrema-direita no Brasil ganhou condições para um adensamento

substancial, o que levou ao rompimento da política de conciliação de classes tentada no período de “e de longo prazo, demonstrando a racionalidade e capacidade organizacional das classes dominantes, capazes de se enraizar e se espalhar por toda a sociedade brasileira.

Ao analisarmos o neoconservadorismo frente a educação inclusiva é possível constatar que as defesas conservadoras vão de encontro as políticas inclusivas, massacrando os Direitos Humanos, causando um retrocesso na luta construída ao longo dos anos por uma educação de qualidade, igualitária e acessível a todos os brasileiros.

Certamente, a educação é muito mais do que conhecimento. É sobre criatividade, resolução de problemas, pensamento crítico e invenção'. Cada um deles é dependente e impossível sem uma base fundamental de conhecimento sobre o assunto em questão. Simplificando, um compromisso com a justiça social exige que coloquemos o conhecimento no centro de nosso sistema educacional de forma igualitária.

Artigo recebido em: 08/10/2025
Aprovado para publicação em: 09/03/2026

NEOCONSERVATISM AND THE DISMANTLING OF SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION POLICIES: A SETBACK FOR HUMAN RIGHTS

ABSTRACT: The Brazil is experiencing a neoconservative wave that mirrors similar movements on a global scale. Given this context, the objective of this article is to analyze neoconservatism and its impacts on Special and Inclusive Education policies, considering it a movement that represents a setback for Human Rights. The research was developed through an exploratory study, with a qualitative approach and bibliographic research method, using content analysis as a technique. The results indicate that neoconservatism redefines inclusion discourses within an exclusionary logic, driven by meritocratic values and a social vision that approaches a eugenic social Darwinism. Therefore, neoconservative agendas clash with the principles of inclusive policies, consequently weakening Human Rights.

KEYWORDS: Inclusive Education; Human Rights; Neoconservatism; Public Policies.

NEOCONSERVADURISMO Y EL DESMANTELAMIENTO DE LAS POLÍTICAS DE EDUCACIÓN ESPECIAL E INCLUSIVA: UN RETROCESO EN LOS DERECHOS HUMANOS

RESUMEN: El Brasil vive una ola neoconservadora que refleja movimientos similares a nivel global. En este contexto, el objetivo de este artículo es analizar el neoconservadurismo y sus impactos en las políticas de Educación Especial e Inclusiva, considerándolo un movimiento que representa un retroceso para los Derechos Humanos. La investigación se desarrolló mediante un estudio exploratorio, con un enfoque cualitativo y un método de investigación bibliográfica, utilizando el

análisis de contenido como técnica. Los resultados indican que el neoconservadurismo redefine los discursos de inclusión dentro de una lógica excluyente, impulsada por valores meritocráticos y una visión social que se acerca al darwinismo social eugenésico. Por lo tanto, las agendas neoconservadoras chocan con los principios de las políticas inclusivas, debilitando consecuentemente los Derechos Humanos.

PALABRAS CLAVE: Educación Inclusiva; Derechos Humanos; Neoconservadurismo; Políticas Públicas.

_____

REFERÊNCIAS

AKKARI, A. Educação intercultural no Brasil: entre o conservadorismo e transformações radicais. **Cadernos Cenpec| Nova série**, v. 5, n. 1, 2016.

APPLE, M. W. **Conhecimento oficial:** a educação democrática numa era conservadora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BARROCO, M. L. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política Brasília**: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BONAZZI, T. Conservadorismo. In.: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política Brasília**: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. v. 1. p. 242-246.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 2008. **Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque**, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jul. 2008.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 09 out. 2001.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 26 ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2012**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 11 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva Brasília**: MEC/SEESP, 2008.

CAPELLIN, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. **Educação**, v. 32, n. 3, p. 355-364, 2009.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas,2006.

MELILLO, A.; ESTAMATTI, M.; CUESTAS, A. **Alguns fundamentos psicológicos do conceito de resiliência**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

MIGUEL, L. F. Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero": Escola sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MOLL NETO, R. **Diferenças entre neoliberalismo e neoconservadorismo**: duas faces da mesma moeda? [S. l.]: Unesp, 2015a. Disponível em: http://unesp.br/semdiplomacia/opiniao/2015/43. Acesso em: 08 set. 2025.

MOLL NETO, R. **Imaginando o outro e a nação nas relações internacionais**: Commentary Magazine, The New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977 - 1992). 2015b. 275 f. Tese (doutorado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2015.

PIRES, D. de O.; MONTANO, M. R.; LIMA, P. V. de. Aspectos da transição democrática incompleta ao avanço do neoconservadorismo: notas sobre a promoção da educação pública. In.: **Implicações da relação público-privada para a democratização da educação na América Latina**: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil**.** [S. l.: s. n.], p. 80, 2009.

RUDIO, F. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SILVA, J. H. Neoconservadorismo no campo da educação (2002-2019): análise bibliométrica. **Educação e Fronteiras**, v. 10, n. 30, p. 90-118, 2020.

THIAGO LUIZ SARTORI: Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEduCS) da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Doutor em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Educação: Política e gestão da educação, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul/SP. Graduação em Direito pela Faculdade Anchieta, Ciências Sociais pela Universidade Metropolitana de Santos e Pedagogia pela Universidade Pitágoras Unopar. Membro Associado da Anpae - Associação Nacional de Política e Administração da Educação. Membro Associado da Anped - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos, Interseccionalidade e Políticas Educacionais na América Latina (GEMINAL), cadastrado no CNPq/MCTI. Dedica-se à investigação nas áreas de Direitos Humanos, Marcadores Sociais da Diferença, Educação, Subjetividades, Gênero, Sexualidade e Políticas Públicas, buscando compreender suas inter-relações e impactos nos processos de gestão educacional e nas práticas sociais contemporâneas. Atualmente: Pós-Doutorando na Universidade de São Paulo (USP), projeto de pesquisa: "A (IN) VISIBILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO CURRÍCULO DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS: uma análise a partir da teoria dos gêneros", sob a supervisão da Profa. Dra. Claudia Rosa Acevedo.
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8295-0661
E-mail: tlsartori@hotmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution* 4.0, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).